

IGUALDADE DE GÊNERO EM ALCANCE: CONSIDERAÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DE NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS.

Juliana Anacleto dos Santos*

RESUMO:

O presente artigo objetiva, através de teorias de gênero baseadas no indivíduo, nas interações e nas instituições, analisar os caminhos percorridos pela sociedade que fazem com que homens e mulheres tenham acesso desigual a recursos e bens simbólicos escassos. Como a constituição do gênero, feminino ou masculino, interfere nessa trajetória, e ainda, qual o papel do Estado cujo interesse repousa na minimização destas desigualdades.

Palavras-chaves: Gênero, Desigualdade, Instituições.

1. INTRODUÇÃO

A noite cai e o jantar está à mesa. A mãe serve a todos e ao final dá o brilho necessário a sua cozinha. No quarto, a pequena filha brinca de boneca. Na rua, pai e filho divertem-se com a montagem de um novo carrinho. Não há nada mais natural do que essa cena que se repete em inúmeras famílias brasileiras. Natural não? Não.

Alguns outros feitos também nos passam despercebidos. Podemos pensar que para chorar nos basta ter olhos e lágrimas, para rir boca e dentes. Ou que para falar nos basta ter cérebro, língua e cordas vocais. Foi o que também pensou Frederico II, imperador de Roma no século XII. Na ânsia de descobrir a linguagem humana natural, eis que o líder selecionou alguns recém nascidos e decretou que daquele momento em diante ninguém haveria de falar perto deles. De certo, o fez na esperança de que aquelas pobres almas desenvolvessem sua própria linguagem, genuinamente primária. Os bebês, embora mamassem e sugassem como

* Mestranda em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/8188931861658594>

os demais, emitiam sons mesmo estando isolados e proibidos de ouvirem qualquer conversação. E para o descrédito da metodologia do imperador, todos os bebês morreram (KIMMEL, 2000:87). O que deveria ter aprendido Frederico? No mínimo que a biologia, isoladamente como composição anatômica, não pode determinar o pleno desenvolvimento humano. Ou o que Levi Strauss falaria séculos mais tarde:

As crianças selvagens quer sejam produto do acaso quer da experimentação, podem ser monstruosidades culturais, mas em nenhum caso testemunhas fiéis de um estado anterior. (...) Assim, é impossível esperar do homem a ilustração de tipos de comportamento de caráter pré-cultural (LÉVI-STRAUSS, 1982:43).

Ao estudar as questões relacionadas a gênero na teoria social contemporânea, indubitavelmente nos deparamos com uma discussão já antiga e de extrema importância para o desenvolvimento das ciências sociais: Natureza e cultura.

Poderíamos nos perguntar então: Onde acaba a natureza? Onde começa a cultura? Ainda segundo Levi Strauss: “*O homem é um ser biológico ao mesmo tempo em que é um indivíduo social*” (LÉVI-STRAUSS, 1982:41). Haveria uma preponderância de uma sobre a outra? Ou não, ambas, o biológico e o cultural, têm o mesmo peso para o entendimento do comportamento e das interações humanas?

Ao conceito de gênero é atribuída a construção social que torna desiguais mulheres e homens. Sua utilização representou um caráter de contraponto respondendo as interpretações biologistas que vinculam as posições sociais às diferenças sexuais hierarquicamente estabelecidas entre mulheres e homens. O entendimento moderno do mundo mudou esta configuração, principalmente a partir das primeiras tentativas de superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Utilizando a concepção dicotômica natureza *versus* cultura, ou sexo *versus* gênero, Bruschini expõe o conceito como sendo:

Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica (BRUSCHINI, 1998).

Há também os que pensam que até mesmo sexo é construído socialmente. Para os etnometodologistas a categorização sexual é um hábito, raramente questionado (WHARTON, 2005). Acreditam que a categorização sexo e a “atitude natural” são construções sociais assim como as realidades biológicas e físicas, o que nos remete ao ideário defendido pelas

estudiosas francesas do início do século XX. Elas se recusavam em separar as esferas social/biológica, bem como os conceitos gênero/sexo. Seu entendimento era de que o sexo sofre uma elaboração social. Analisando as formulações de Simone de Beauvoir, Saffioti destaca que gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas (SAFFIOTI, 1992:185). Com efeito, o corpo é essencial para definir a situação da mulher ou do homem no mundo, porém é insuficiente para defini-la enquanto mulher ou defini-lo enquanto homem.

Os primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens buscavam se situar sobre o aspecto feminino, sobre seu corpo e sexualidade. As características biológicas, entre elas a pouca força física e até mesmo o menor peso do cérebro, estavam no centro desta concepção. Na tentativa de explicar que é da “natureza” feminina ser frágil e da “natureza” masculina ser forte. Que o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais.

A explicação biológica para a condição naturalmente subalterna da mulher sustenta-se até o avançar do capitalismo industrial. Neste momento, as condições históricas se transformam. O movimento feminista, organizado coletivamente, surge com o objetivo de opor-se a situação subordinada das mulheres “pegando carona” nas mudanças que marcaram a história ocidental européia a partir do século XVIII, vinculado ao desenvolvimento da democracia através das Revoluções Francesa e Americana. Marco teórico contra a visão essencialista imposta pelas diferenças anatômicas é apresentado pelo filósofo *Ponlain de la Barre* que, já entre 1673 e 1675, contrapôs-se aos defensores da inferioridade feminina. Seu ideário sintetiza-se na idéia de que as desigualdades entre homens e mulheres não são consequência das desigualdades baseadas na biologia, mas sim, resultado das desigualdades sociais e políticas impostas a elas em seu tempo (GUIMARÃES, 2005:81).

A racionalidade, elemento constitutivo de um novo tempo aberto pela sociedade ocidental, denominado modernidade, abriu espaço à transparência e a vida social ganhou mais visibilidade. Neste momento, é difícil, para não dizer impossível, ocultar a existência de sujeitos imprescindíveis à produção e a reprodução da vida cotidiana. Assim, a racionalidade moderna, somada a pressão do movimento organizado de mulheres, levou-as não só ao cenário político, mas fundamentalmente à esfera pública, buscando uma saída da obrigatoriedade da vida doméstica privada. Ao mesmo tempo, o trabalho mecânico avança na estrutura social mundial. A força de trabalho feminina, mesmo biologicamente mais “fraca” que a masculina, ganha espaço, pois agora a diferença entre homens e mulheres não se mede

por ossos e músculos. Com a industrialização os dois passam a ter mesma força necessária para o trabalho.

A participação feminina avança através do início das discussões sobre as mulheres e o tema do *gênero* nos bancos universitários, bem como na luta das ruas e praças. Nos Estados Unidos, os estudos feministas originam-se dos protestos de pesquisadoras na década de sessenta. A crítica da estrutura organizacional científica e sua hierarquia são a “ponta de lança” para elaboração de uma nova concepção sobre as desigualdades entre mulheres e homens. A princípio, enquanto *feminist* ou *women's studies*, as pesquisadoras feministas americanas iniciam a reflexão sobre a experiência das mulheres e suas aspirações. No Brasil, de forma diferenciada, as pesquisadoras feministas não procuraram criar espaços alternativos sobre o tema, mas sim se integrar à dinâmica científica estabelecida a procura de reconhecimento científico de suas preocupações intelectuais. Os estudos feministas neste período procuraram expor e questionar a subalternidade feminina em vários aspectos sociais.

A historiadora Joan Scott destaca o comportamento dos pesquisadores não feministas a respeito da temática das mulheres. A tendência apresentada era, mesmo reconhecendo sua possível relevância teórica, descartar este tipo de estudo. Cita:

As mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente; a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica (SCOTT, 1996).

Assim, é lançado um desafio teórico que teve que ser respondido. Entender e constituir uma categoria de análise que seja relacional, entendendo mulheres e homens como indivíduos que se diferenciam sob o aspecto reprodutivo. Com efeito, só podemos defini-los correlativamente. Para tal, a substituição dos chamados estudos feministas ou das mulheres pelo termo *gênero* como categoria de análise se fez urgente. Ocorre que por um determinado tempo, em vários estudos, foi visível a substituição dos termos “mulheres” por “gênero”, mais pelo fato de ser uma necessidade de inclusão do tema nas ciências sociais, do que propriamente a construção de um conceito que compreendesse a necessidade de relação entre homens e mulheres. Visando a aceitabilidade científica do campo de pesquisa relacionado ao estudo das mulheres, o conceito gênero apresentou tendência à neutralidade, pois enquanto o termo “estudo das mulheres” ou “história das mulheres” salienta a posição feminina como agente social histórico, o termo “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, não se constituindo, criticamente, às análises sociais vigentes. Para tal, necessitava-se acrescentar aos estudos sobre a mulher uma noção relacional, entre homens e mulheres, com objetivo de

transformar os paradigmas sociais, trazendo à luz da ciência novos temas. O uso do termo gênero destaca que tanto mulheres quanto os homens são produtos do meio social e, desta forma, suas condições de vida são variáveis e históricas. Logo, foi largo o passo produzido nas análises sociais sobre o tema, pois chama a atenção para o fato de que parte da humanidade estava na invisibilidade.

No Brasil, Guimarães (GUIMARÃES, 2004) destaca que os chamados estudos de gênero puderam contribuir na construção de um campo de estudos temáticos e relacionais, fundamentalmente através da interlocução entre a sociologia do trabalho e gênero, pois um dos marcos das interpretações sobre a condição feminina no Brasil partiu justamente do interesse pela participação das mulheres no mundo do trabalho, com destaque ao trabalho industrial. Foi, portanto, como sugeriu Brushini (Brushini apud GUIMARÃES, 2004), “a porta de entrada dos estudos sobre a mulher na academia brasileira”.

Já nas praças e ruas, na tentativa de justamente se livrar desta invisibilidade, surge uma série de transformações culturais e sociais. No embate por igualdade de gênero, três perspectivas podem ser delineadas no que se refere às teorias que caracterizam esses movimentos. A primeira delas, denominada feminismo liberal, destaca a luta pela igualdade de oportunidades e direitos individuais, como o voto, a igualdade no mercado de trabalho, os mesmos direitos legais para os homens e para as mulheres entre outros. As críticas a esta perspectiva existem, sobretudo no que se refere à ênfase ao individualismo e a ausência de discussão e aprofundamento sobre as questões culturais, construindo desta forma uma crítica social limitada. A segunda perspectiva é o feminismo marxista, que reivindicava principalmente direitos no mercado de trabalho. Para estas feministas as mulheres seriam tratadas como instrumento de controle e opressão do capitalismo, pois como força de trabalho atuavam enquanto exercito de reserva, e no trabalho doméstico serviam como instrumento de acumulação do mercado capitalista. Teoricamente, esta concepção aplicou as ferramentas de Marx aos métodos e nas análises da relação de gênero. Na terceira e última perspectiva, o feminismo radical, as feministas utilizam o termo para se referir a uma estrutura geral de dominação do homem na sociedade. Utilizando-se de estratégias políticas de reivindicação, seu foco é a intimidade pessoal, como casamento e relacionamentos, que para elas são apenas formas de contrato pessoal, sendo a reprodução apenas uma das muitas formas de se oprimir a mulher (BRADLEY, 1996).

Todas essas lutas e reivindicações, de cunho liberal, marxista ou radical, representam uma demarcação do social sobre a natureza. De fato, todas as “limitações” femininas que faziam das mulheres mais fracas ou menos aptas a determinadas atividades do que os homens

são construções da sociedade a fim de nos diferenciarmos. Diferenciar, fundamentalmente, os que têm acesso aos bens ou recursos simbólicos ou economicamente escassos, e por isso, mais valiosos, dos que não têm esse acesso.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

A natureza, como vimos até aqui, sempre foi utilizada como principal (senão única) responsável pelas diversas formas de desigualdade humana, e em particular, neste estudo, as desigualdades entre mulheres e homens. Gênero desta forma, nada mais é, do que uma padronização da diferença e da dominação através de distinções entre mulheres e homens para a maioria dos processos sociais. O que queremos aqui é entender de que forma a construção humana sobre o que é dado pela natureza desenvolve a desigualdade. O que nos chama atenção para a necessidade de uma análise mais atenta acerca dos caminhos percorridos pela sociedade que fazem com que homens e mulheres tenham acesso desigual a recursos e bens simbólicos escassos. Como a constituição do gênero, feminino ou masculino, interfere nessa trajetória, e ainda, qual o papel do Estado cujo interesse repousa na minimização destas desigualdades.

Iremos a seguir situar neste artigo três planos ou teorias de gênero que nos aproximarão de uma melhor compreensão deste nosso desafio. A chamada teoria de status ou teoria dos papéis sociais, em cujo pano de fundo está presente o indivíduo e como a sociedade pode ser incorporada a este indivíduo; as teorias focadas nas interações sociais, que entende gênero como sendo construído no dia a dia das pessoas, e por isso estamos a todo o momento “fazendo” gênero; e as teorias focadas nas instituições, ou seja, através das instituições nós reproduzimos a personalidade e o comportamento que devemos ter, sejamos mulheres ou homens.

Através da categorização e conceituação destas teorias de gênero formuladas por diversos pesquisadores do tema, construiremos nossa interpretação acerca dos objetivos anteriormente mencionados, permitindo que possamos relatar alguns aspectos da realidade, identificando nossas observações para diferentes exemplos das desigualdades de gênero enquanto um fenômeno no mundo real, sem perder de vista a perspectiva de diminuição destas desigualdades.

Relevante ainda destacar que, essa teoria crítica de gênero que nos propomos a apresentar, lança nova luz às leituras existentes, pois entendemos que as teorias que se

silenciam sobre a construção e a reprodução das desigualdades de gênero, não apresentam avanços fundamentais.

3. PLANO DO INDIVÍDUO

Uma das mais destacadas e criticadas leituras sobre gênero é sem dúvida o funcionalismo apresentada aqui a partir da leitura de Parsons e Bales que entendem a diferença de gênero no interior da família moderna em termos de papéis “expressivos” (femininos) e papéis “instrumentais” (masculinos) (SORJ; HEILBORN, 1999).

. Nesta concepção, apresentada como funcionalista, a família (bem como suas funções sociabilizadoras) é apresentada enquanto instituição fundamental na manutenção do funcionamento regular da ordem social. As diferenças entre as mulheres e os homens são estudadas nesta teoria através dos conceitos de papel sexual e status. Nessa leitura, as diferenças sexuais são mais evidentes e cumprem um papel mais central na instituição familiar, pois as relações entre os gêneros funcionam primordialmente para assegurar a reprodução social. Ainda reconhecem que os indivíduos se constroem através da vida social, negando, portanto as visões biológicas e psicológicas sobre a “naturalização” das identidades humanas.

Esta análise funcionalista despertou uma série de críticas, apesar de o seu sentido explicativo ser contra as teorias “naturalistas”. A primeira delas é sobre sua clara legitimação do papel subordinado das mulheres limitando-as ao espaço privado, da família e da reprodução social. Ainda nesse sentido, conceber gênero somente como um papel social restringe o campo de análise ao comportamento individual, perdendo seu poder de explicação mais amplo. Por fim, entender gênero em termos de diferenças sexuais é diminuí-lo a uma única variável empírica, imutável, indo na contra mão de um princípio de organização social.

Neste contexto o conceito de gênero é construído como categoria social que interfere no cotidiano das pessoas. Antes mesmo de nascer já são criadas expectativas para o novo indivíduo. A primeira pergunta sobre a nova alma anunciada é: “É menino ou menina?” Da cor do quarto a escolha profissional, as oportunidades de vida já são construídas pela família que o espera. Sua suposta fragilidade ou virilidade já está construída no imaginário social familiar e será levado consigo por toda vida, tendo peso ponderável em suas escolhas pessoais. Mais do que uma identidade apreendida, o gênero desta nova alma estará imerso nas

complexas teias das relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres; relações estas que fazem parte da estrutura social institucionalizada da sociedade. Esta construção é dada através de processos de socialização e educação dos sujeitos para se tornarem homens ou mulheres e ainda, no estabelecimento dos padrões sociais entre eles. A teoria do status entende gênero como algo que ordenamos para fazer a vida social mais administrável. Esta teoria entende que sexo serve como fator de organização social, assim, a dependência na categorização sexo como um caminho para organizar as interações tende a criar expectativas e estereótipos de gênero. As pessoas aprendem a esperar certos tipos de comportamentos e reações dos outros baseados na sua categoria de sexo, respondendo aos outros baseadas no que acreditam ser esperado delas e assumem que os outros agirão da mesma forma. Essa teoria reconhece que os efeitos de gênero na interação social podem variar de situação para situação, podendo o gênero ser “ativado” mais em algumas situações que em outras (WHARTON, 2005).

Margaret Mead em sua clássica obra *Sexo e Temperamento* utiliza, apesar de não conceituar explicitamente, a teoria dos papéis sociais. Através da análise de três sociedades primitivas da Nova Guiné – *Arapesh, Mundugumos e Tchambuli* - entre os anos de 1931 a 1933, Mead trata em sua investida das atitudes sociais em relação ao temperamento de homens e mulheres em torno de suas diferenças sexuais. Na divisão do trabalho, no vestuário, nos costumes, na atividade social e religiosa, mulheres e homens são socialmente diferenciados, e cada sexo, como sexo é forçado a conformar-se ao papel que lhe é atribuído. Vinculações entre aparência ou ocupação e sexo são ensinadas sem dificuldades a toda criança (MEAD, 1988:25).

Com este estudo, a autora rompe com um senso comum, do qual ela própria confessa ter compartilhado, de que há um temperamento ligado ao sexo natural, que poderia no máximo ser afastado da expressão normal. A partir de suas observações, entende que, os temperamentos que interpretamos como sendo “naturais” a um sexo, são na verdade variações do temperamento humano a que mulheres ou homens podem, com mais ou menos sucesso, incorporar através da educação e do condicionamento social. Mead afirma que a natureza humana é incrivelmente maleável, e responde de forma diferenciada a condições culturais diversas e contrastantes. As diferenças individuais devem ser atribuídas às diferenças de condicionamento, em particular na primeira infância, e a forma do condicionamento é culturalmente determinada (MEAD, 1988:269).

Por Maria Luiza Heilborn, as atitudes e ações das pessoas que se diferenciam através do sexo variam de sociedade para sociedade, de tempos em tempos:

O comportamento esperado de uma pessoa de um determinado sexo é produto das convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico. E mais, essas idéias acerca do que se espera de homens e mulheres são produzidas relacionalmente; isto é: quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso sociológico/ antropológico está enfatizando que a atribuição de papéis e identidades para ambos os sexos forma um sistema simbolicamente concatenado (HEILBORN, 2006).

Com efeito, em vista das sociedades modernas, estamos organizados por critérios de diferenciação, não só de gênero, mas também de raça, classe, origem regional, idade, entre outros, que demonstram experiências sociais bastante diferenciadas. Cabe o destaque para a insuficiência da compreensão da sociedade observando apenas pela ótica do sexo frágil oprimido pela dominação masculina. Ou ainda, sob o ponto de vista de classes antagônicas. É imprescindível, pois, pensar a vida social de forma articulada e concatenada com as mais diversas categorias.

Somam-se a estas observações algumas críticas. A primeira a se destacar diz respeito à singularidade dos papéis. Os significados de masculinidade e feminilidade variam entre as culturas, através do tempo histórico, entre os homens em qualquer cultura. Desta forma não podemos falar de masculinidade e feminilidade como essência constante, singular e universal. Existe então realmente somente um papel sexual masculino e somente um papel sexual feminino? Outras diferenças (raça, classe, sexualidade, idade...) moldam e modificam nossas definições de gênero. Com efeito, a teoria do papel sexual não pode acomodar completamente essas diferenças entre homens e mulheres. Podemos assim falar de masculinidades e feminilidades (KIMMEL, 2000).

Outro ponto que merece destaque diz respeito à estrutura social. A noção de papel e a construção de gênero enquanto um conjunto de atributos individuais dá mais atenção aos indivíduos do que a estrutura social, e sugere que o papel feminino e o papel masculino são complementares. E ainda, a teoria é inadequada na compreensão de dinâmicas de mudança. Na teoria do papel sexual, movimentos pela mudança social, como o feminismo ou a liberação gay, são movimentos pela expansão das definições dos papéis e para a mudança da expectativa desses papéis. Seu objetivo é expandir as opções de papéis para mulheres e homens, cujas vidas são constringidas por estereótipos tendo como objetivo a redistribuição do poder na sociedade. Demandam realocação de recursos e o fim de formas de desigualdade que estão embutidos nas instituições sociais, bem como os papéis e estereótipos sexuais (KIMMEL, 2000).

4. PLANO DAS INTERAÇÕES – FAZENDO GÊNERO

A historiadora Joan Scott, destacada estudiosa das relações de gênero, em *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, apresenta quatro elementos inter-relacionados que visam auxiliar na compreensão mais ampla das relações de gênero. Em primeiro lugar destaca os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Maria e Eva como símbolo da mulher – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção”. Tais símbolos apresentam diversas representações, mas antes de serem somente diferentes, são contraditórios, porém não excludentes, como por exemplo, as imagens de “santa” e “puta”, haja vista que ambas as representações podem servir para a mesma mulher. Segundo elemento refere-se a “conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher.” Exemplo disto é a obrigação comportamental “viril” para o homem e “sensível” para a mulher. Terceiro elemento é a “noção de fixidez (...) que leva a aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros” A pesquisadora defende a superação desta visão binária e critica a restrição do uso do gênero ao sistema de parentesco, pois o gênero não é somente construído nesta instância. Há de se acrescentar ainda os processos vigentes na esfera econômica e na organização política. Por fim, o quarto elemento se refere à noção de identidade subjetiva. Aqui, percebemos como as identidades de gênero são elaboradas a partir de conceitos, imagens e símbolos, fazendo com que homens e mulheres carreguem consigo uma carga do simbólico e do cultural (SCOTT, 1996).

A partir destes elementos, Scott propõe o estudo das relações de gênero com base nas identidades socialmente construídas e suas relações com as organizações sociais e representações culturais historicamente específicas. Este guia de investigação é proposto pela estudiosa também nas análises de outros processos sociais, com destaque para classe e raça.

Nessa mesma lógica, quando dizemos que a nossa identidade de gênero é socialmente construída, significa dizer que nossa identidade é uma junção flexível de significados e comportamentos que nós construímos através de valores, imagens, prescrições que encontramos no mundo que nos cerca. Para alguns de nós tornar-se mulher ou homem adulto é como seguir o curso de um rio, sem esforço, de forma suave através de comportamentos e atitudes que sentimos familiares. Para outros, tornar-se masculino ou feminino é uma

interminável tortura, um pesadelo onde somos diariamente forçados a agir de forma diferente da que gostaríamos. Neste sentido, através das interações entre os indivíduos no seu dia a dia o gênero é construído, sendo fundamental para o entendimento desta análise a percepção do fato de que a interação social produz um mundo diferenciado pelo gênero (KIMMEL, 2000).

As mesmas dinâmicas que “fazem” gênero nas interações também produzem outras formas de desigualdade e poder diferenciado (West e Fenstermaker apud WHARTON, 2005), isto é, não somente gênero, mas também raça e classe são produtos das interações sociais. O caminho para a explicação dos vários tipos de desigualdade está no que se chama “fazendo a diferença”, ou seja, a diferença é construída através das interações, logo não são características pessoais herdadas da natureza. Há de se interpretar, portanto, que fazemos o gênero cotidianamente, isto quer dizer, criamos diferenças entre meninas e meninos, entre mulheres e homens, diferenças essas que não são naturais ou biológicas (WEST, ZIMMERMAN, 1991), são sim, fundamentalmente sociais. Com efeito, uma vez que as diferenças são criadas, elas são utilizadas visando reforçar a fundamentação do gênero. E como uma bola de neve, nos adaptamos sem sequer perceber este fato.

Esta teoria, portanto, entende que “fazer” gênero é comprometer mulheres e homens como membros da sociedade reféns desta produção social, que envolve um complexo guia interacional, de percepções e de atividades micro políticas que elencam atividades particulares como expressão das “naturezas” masculinas e femininas. E ainda, mas do que uma propriedade individual, gênero é uma característica de situações sociais, tanto como resultado racional de vários arranjos sociais, como um significado de legitimação da maioria das divisões fundamentais da sociedade (WEST, ZIMMERMAN, 1991).

5. PLANO DAS INSTITUIÇÕES

É impossível explicar gênero sem o adequado entendimento sobre “o poder”. Não por ser o poder uma consequência das diferenças de gênero, mas por ser o poder o produtor destas diferenças de gênero em um primeiro plano. Como gênero, poder não é uma propriedade de indivíduos, uma posse que uns tem e outros não, mas sim uma propriedade de uma vida em grupo, de uma vida social (KIMMEL, 2000).

Poder corresponde a habilidade humana não apenas ao ato, mas ao ato em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e se mantém na existência somente enquanto o grupo se mantém unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” nos referimos ao seu empoderamento por certo número de pessoas que agem em seu nome. No momento em que o grupo

cujo poder foi originado começa a desaparecer, “seu poder” também desaparece (ARENDR, apud KIMMEL, 2000:93-94).¹

O argumento de que o poder é propriedade de um grupo, e não de um indivíduo qualquer, está relacionado ao argumento de que gênero é tanto propriedade de instituições, como parte de nossas identidades individuais. As instituições criam padrões normativos de gênero, expressam uma lógica institucional de gênero e são uns dos principais fatores de reprodução desta desigualdade. Com efeito, as identidades de gênero das instituições moldam as identidades de gênero dos indivíduos, e as instituições expressam e reproduzem as desigualdades que compõem a identidade de gênero (KIMMEL, 2000). Gênero assim, está presente nos processos, práticas, imagens, ideologias e distribuição de poder em diversos setores da vida social (ACKER, 1992). E ainda, ignorar o poder é erro certo no diagnóstico dos “porquês” e “comos” da estrutura da desigualdade e exploração. Assim, o poder e a dominação são peças chave para as dinâmicas sociais.

Com efeito, é possível perceber dinâmicas de legitimação onde poderosas elites justificam arranjos institucionais que trabalham para seus benefícios, tornando as instituições ativamente construídas como produtos humanos, reivindicando que uma ação repetida frequentemente torna-se padrão (MARTIN, 2003). Sem dúvida, a questão de gênero está incorporada nesses padrões institucionais.

Muitas das instituições que definem as chamadas “regras do jogo” na maioria das sociedades, incorporam aspectos de gênero (ACKER apud WHARTON, 2005:65). Vejamos:

Gênero está presente nos processos, práticas, imagens e ideologias, e distribuições de poder em vários setores da vida social. Tomando mais ou menos o funcionamento total, a estrutura institucional dos Estados Unidos e de outras sociedades é organizada por linhas de gênero... (essas instituições) tem sido historicamente desenvolvidas por homens, geralmente dominadas por homens, e simbolicamente interpretadas do ponto de partida dos homens em posições vantajosas, no presente e historicamente (WHARTON, 2005).²

Fato é que as mulheres têm estado invisível na realidade das organizações, e que os comportamentos e estruturas organizacionais têm sido identificados pela neutralidade de gênero, sendo, entretanto sempre constituídos a partir da perspectiva do masculino (ACKER, 1991).

Estas instituições [direito, política, religião, academia, Estado, economia] têm sido

¹ Tradução da autora.

² Tradução da autora.

definidas pela ausência das mulheres. A única instituição na qual as mulheres têm tido central definição, através da subordinação, é a família. Apesar de muitas mudanças que levaram as mulheres a todas as instituições, e a recuperação da história das mulheres que demonstra suas importantes participações, os homens ainda dominam as instituições centrais (ACKER, 1992)³.

Este gênero-neutro remete a uma estrutura assexual, sendo construído a partir da identidade e imagem de gênero nas instituições. Desta maneira, nos modelos organizacionais, é visível a presença de vantagens tornadas como naturais aos homens, em consequência dos processos correlacionados a essa “pseudoneutralidade”. Um exemplo disto é a imagem dada a administradores. Para esta tarefa é exigida características de habilidade analítica e firmeza na resolução de problemas que em princípio são aspectos que estariam mais facilmente presentes no homem. Isto é o que Connell (ACKER, 1992) denomina de masculinidade hegemônica, e que é difundida em muitas áreas institucionais. Entretanto, essa realidade de gênero é obscurecida, exceto na família, sendo um fator de “senso comum” a chamada neutralidade de gênero. Entender como a aparência da neutralidade de gênero é mantida em contraponto com a evidência das estruturas alicerçadas pelo gênero é um importante fator para o entendimento das dinâmicas institucionais. Faz-se urgente, portanto tornar gênero visível aos olhos da sociedade.

Podemos entender como as instituições se tornam uma importante fonte de opinião cultural sobre o mundo social, incluído aí opiniões sobre gênero. As instituições constroem verdadeiros roteiros que guiam nossas vidas sem que nós mesmos possamos nos dar conta. A família ou o trabalho são poderosas instituições que servem como fontes de opinião para a maioria das pessoas sobre o que homens e mulheres devem ser, ou em que devem se tornar. De que formas devem se comportar e o que estão aptas ou não a fazer. Essas opiniões sobre gênero também valem para as próprias instituições na maneira como elas constroem sua organização e suas práticas. Gênero neste plano não pode ser visto somente como algo de posse individual, mas sim como um aspecto importante da organização social. Representa parte constitutiva da estrutura social e da cultura (WHARTON, op. cit, 2005:68).

Por fim, é ainda necessário ressaltar que gênero não é uma estrutura trans-histórica que permanece a mesma através do tempo em resposta à dicotomia sexual dos corpos. As pessoas constroem o mundo social, e não apenas reagem a ele. Desta forma não podemos interpretar as relações sociais como naturais, pois estaríamos omitindo sua historicidade (Connell apud MARTIN, 2003). A naturalização é um ato eminentemente político.

³ Tradução da autora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascido do debate, ou embate, entre natureza e cultura, o conceito de gênero serve para abordar algumas questões relevantes em torno da permanente desigualdade entre mulheres e homens. Formulamos aqui que, a natureza sempre foi utilizada como uma desculpa, ou uma vantajosa saída, para a explicação e legitimação das desigualdades entre os sexos. Fechando os olhos para a construção social da desigualdade, e também da igualdade, o mundo impôs às mulheres durante séculos a invisibilidade. Porém, mesmo com o avançar da emancipação feminina, no trabalho, casa ou escola, a discriminação e o acesso desigual ao que realmente é dado valor na sociedade contemporânea está longe de acabar.

No plano individual percebemos que os papéis impostos às mulheres e homens muitas vezes são incompatíveis com seus desejos e necessidades, obrigando certos comportamentos ditos “desviantes”. Comportamentos estes que são construídos, criados, moldados pelas relações cotidianas no plano das interações, e são afetados indubitavelmente pelo poder. Principalmente pelo poder reprodutor das instituições.

Com efeito, podemos entender gênero como um sistema de práticas sociais que constituem as pessoas como diferentes e que organiza as relações de desigualdade, devendo desta forma ser compreendido tanto do ponto de vista individual, como através das práticas sociais que produzem o gênero da pessoa. Estas práticas sociais moldam as relações sociais e os padrões de interação e operam como parte da maioria das organizações e instituições (MARTIN, 2003).

A desigualdade de gênero encontra-se inscrita nas propriedades específicas das instituições e das estruturas sociais. O Estado, como instituição de importância destacada na sociedade brasileira, deve promover para mulheres e homens acesso igualitário aos meios sociais para uma boa vida, bem como deve criar mecanismos para o alcance da justiça política, de modo que todos possam ter acesso aos mecanismos de exercício do poder e contribuir para o controle coletivo das circunstâncias e das decisões. Este é um princípio da igualdade política e do empoderamento democrático coletivo.

Esta formulação, apresentada como uma teoria crítica e emancipacionista visa como tarefa central desenvolver alternativas estratégias e caminhos exequíveis para o trabalho prático de mudança social, compreendendo os obstáculos, as possibilidades e os dilemas da transformação. Neste intuito, após analisarmos algumas das mais destacadas teorias sobre gênero e as desigualdades entre mulheres e homens, fica clara a necessidade da ação

institucionalizada do Estado, em contribuição conjunta com a sociedade, rumo ao estabelecimento de novas relações sociais no Brasil.

A eliminação da pobreza e a redução da desigualdade material são naturalmente, condições essenciais para a realização e o exercício de potenciais humanos, mas é a realização de tais potenciais o núcleo do ideal emancipatório. Mulheres e homens devem ser compensados pelos déficits de capacidade de realizar, que decorrem das circunstâncias alheias a sua vontade. Nas palavras de Amartya Sen, “a ética da igualdade tem de levar em conta adequadamente nossas diversidades generalizadas, que afetam as relações entre os diferentes espaços” (AMARTYA, 2001). Assim, o Estado brasileiro deve contribuir desde a formação de educadores que utilizem uma metodologia não sexista, que não imponha papéis pré-definidos aos meninos e meninas, até o impulsionar de novas relações no mundo do trabalho entre mulheres, homens e instituições, dando um passo inicial rumo ao alcance da igualdade entre os gêneros. As políticas públicas para as mulheres no campo da saúde, educação e trabalho, sem dúvida demonstram o interesse para a diminuição das desigualdades. Porém, o que queremos aqui ressaltar após a leitura e interpretação dos mecanismos sociais de reprodução do acesso desigual a recursos e bens simbólicos escassos, é a importância da mudança das relações sociais. A não imposição de comportamentos, a não vinculação de ocupações por sexo, enfim, libertos dos padrões opressivos, sermos mulheres e homens capazes de escolher e realizar fins valiosos para a nossa vida. Essa é uma tarefa de todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKER, Joan. (1991). Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. In: LOBER, Judith; FARREL, Susan. *The social construction of gender*. Newbury Park: Sage.
- ACKER, Joan. (1992). From Sex Roles to Gendered Institutions. In: *Contemporary Sociology*, vol. 21, nº 5. American Sociological Association: Oregon.
- BRADLEY, Harriet. (1996). Gender: rethinking patriarchy. In: *Fractured identities: changing patterns of inequality*. Cambridge: Polity Press.
- BRUSCHINI, Cristina. (1998). *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- GUIMARÃES, Maria de Fátima. (2005). Trajetória dos feminismos: introdução a abordagem de gênero. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- GUIMARAES, Nadya Araújo. (2004). *Caminhos cruzados: Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadoras*. São Paulo: Editora 34.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Gênero: Uma Breve Introdução*. In: http://www.coepbrasil.org.br/opinioao_genero.asp. Acesso em 20/10/2006
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. (1999). In: *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Sociologia (Volume II). São Paulo: Sumaré/ANPOCS.
- KIMMEL, Michael. (2000). Inequality and difference – The social construction of gender relations. In: *The gendered society*. New York: Oxford University Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1982). Natureza e cultura. In: *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.
- MARTIN, Patrícia Yancey. (2003). *Gender As Social Institution*. Louisiana: Southern Sociological Society.
- MEAD, Margaret. (1979). *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva.

- SAFFIOTI, Heleieth. (2005). Gênero e Patriarcado. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. (1992). In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- SCOTT, Joan. (1996). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo.
- SEN, Amartya. (2001). *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo: Record.
- WHARTON, Amy. (2005). Gender in interactions and institutions. In: *The sociology of gender: an introduction to theory and research*. Oxford: Blackwell.
- WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. (1991). Doing Gender. In: LOBER, Judith; FARREL, Susan. *The social construction of gender*. Newbury Park: Sage.